

## **Decolonialismo feminista: uma perspectiva emancipatória dos processos comunicativos**

*Enaira Schoemberger<sup>1</sup>*

*Lina Maria Patricia Manrique Villanueva<sup>2</sup>*

*Paula Melani Rocha<sup>3</sup>*

### **RESUMO**

O presente trabalho faz um levantamento teórico sobre os estudos decoloniais na comunicação, jornalismo e feminismos na América Latina. O objetivo é compreender como o olhar decolonial pode trazer intervenções sociais emancipatórias a partir da compreensão e aceitação da diversidade. Também, olha-se para a crítica feminista como uma forma possível de categorizar diferentes movimentos e reivindicações sociais para o fim do pensamento do opressor colonizador.

**PALAVRAS-CHAVE:** Decolonialismo. Feminismos. Jornalismo. Resistência Cultural.

### **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho propõe uma revisão bibliográfica sobre a perspectiva decolonial nas teorias da comunicação em massa e do jornalismo, também, na teoria crítica feminista. Utiliza-se os autores Gómez (2015) e Alonso e Tornay (2017) para orientar o olhar do jornalismo pelas perspectivas decoloniais da América Latina e Alcuri (2012) para discutir a necessidade do acesso democrático à informação. Para categorizar a pesquisa como enfoque em gênero, recorre-se para as autoras Margarita, Barragán, Lagan, Chávez e Santillana (2020) que debatem a crítica feminista ao desenvolvimentismo como parte de uma cultura colonial.

Procura-se trazer o contexto histórico pós ditadura militar e de reabertura econômica nos países da América Latina, como forma de entender o surgimento teórico

---

<sup>1</sup> Mestranda em Jornalismo na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Pós-Graduanda em Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Cidadania Global, na PUC-RS. Graduada em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Participação do grupo de extensão Jornalismo Direitos Humanos e Formação Cidadã. Participação da equipe de comunicação da extensão Projeto Rondon. Intercambista voluntária pela AIESEC. Correio eletrônico: enaira.ps@gmail.com.

<sup>2</sup> Lina María Patricia Manrique Villanueva é professora da Pontificia Universidad Javeriana e Universidad Nacional de Colombia. Seus interesses de ensino e pesquisa incluem jornalismo investigativo e violência. Doutora em Estudos Políticos e Relações Internacionais, pela Universidad Nacional, com mestrado em Análise de Problemas Políticos, Econômicos e Internacionais Contemporâneos, pela Universidad Externado e mestrado em TI, pela UNED – Espanha. Correio eletrônico: l.manrique@javeriana.edu.co.

<sup>3</sup> Paula Melani Rocha é professora do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e da graduação em Jornalismo pela mesma universidade. Coordena os grupos de pesquisa Jornalismo e Gênero e O Conhecimento em Jornalismo, (Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UEPG). Professora Produtividade PQ 2 (CNPq). Correio eletrônico: paulamelani@gmail.com.



do pensamento colonial e a presença ativa da resistência dos movimentos sociais nos processos comunicativos. Também, discute-se o interesse de órgãos internacionais nas demandas de acesso a informação e a superação das opressões de gênero na América Latina. O terceiro capítulo propõe uma intervenção decolonial nas teorias que envolvem comunicação e feminismos.

## REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

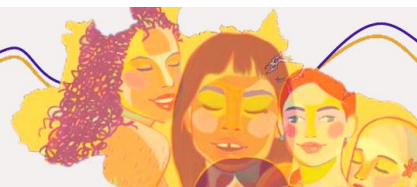
Alonso e Tornay (2017) reconhecem a influência das escolas teóricas norte-americanas e europeias nas ciências sociais latinas, principalmente com o avanço da ideologia neoliberal no final da Guerra Fria. Apesar dessa influência, os autores apontam para o subcontinente de um território colonizado há décadas como chave para o pensamento crítico e alternativo.

Segundo os autores, a década de 1960 marcou a região com pesquisadores que contribuíram para a construção do pensamento crítico latino-americano da comunicação. Este pensamento crítico deve ser "entendido e estudado no quadro dos processos emancipatórios de povos do continente e outras correntes de pensamento que entendiam o papel de suas disciplinas como projetos humanistas e libertadores" (Alonso, Tornay; p. 318; 2017). Como exemplo destas correntes, os autores trazem o pensamento crítico emancipatório de Paulo Freire na pedagogia e de Enrique Dussel na filosofia. Alonso e Tornay (2017) observam que uma das características desta corrente crítica é a interdisciplinaridade.

Gómez (2015), ao olhar para a contextualização histórica da América Latina a partir da reabertura democrática, discute a crise da hegemonia neoconservadora e neoliberal. O autor aponta atores para entender esta crise, entre eles atos de protesto social e a chegada dos partidos políticos. A partir da análise do período histórico apontado e as relações presentes, o autor traz o marco de um novo momento, que denomina de pós-neoliberal do capitalismo latino-americano.

O autor resgata as preocupações acadêmicas nos estudos de comunicação e política, pós década de 1980, com a percepção da cidadania por meio da democracia como participação da sociedade civil na política. Gómez (2015) apresenta a noção de democracia para além das classes dominantes e volta o seu olhar para como a massa popular participa desta sociedade.

Assim como Alonso e Tornay (2017), Gómez (2015) admite em seus estudos a influência neoliberal nos países latino-americanos depois dos anos 90, com a queda do regime soviético. Esta influência ideológica, segundo o autor, levou a radicalizaram o



discurso neoliberal como forma de cultura no continente. Isso, segundo Gómez (2015), refletiu em uma série de processos de privatização de empresas públicas, entre elas os meios de comunicação de massa. Como consequência da natureza radical do discurso neoliberal, o campo da mídia de massa passa a ter grande concentração de propriedade em poucas mãos.

Gómez (2015) observou que enquanto a mídia corrobora para os discursos favoráveis às privatizações e tomadas econômicas liberais, os índices de desemprego e insatisfação comercial levaram às manifestações populares contrárias a hegemonia neoliberal.

Com o reconhecimento de que o sistema neoliberal não estava suprindo as demandas sociais para a população, as manifestações surgiram e o jornalismo de massa, segundo Gómez (2015), teve papel ambíguo na cobertura das mesmas. O autor justifica essa atuação porque os meios de comunicação em massa fazem parte da manutenção social capitalista, e por isso, não conseguem alcançar as problemáticas na raiz.

Margarita, Barragán, Lagan, Chávez e Santillana (2020) defendem o pensamento crítico feminista como forma de conhecimento. As autoras debatem críticas feministas perante as influências da ideologia neoliberal do desenvolvimento. Para entender esta crítica, as autoras buscam as teorias da década de 1980 da terceira onda do feminismo, o marco central desta onda é sinalizar a categoria gênero como ponto principal para superar as opressões contra as mulheres.

As autoras enfatizam que as teorias elaboradas por feministas da terceira onda possuem raízes do feminismo socialista e da crítica pós-estruturalista. E complementam que, as mulheres passam a se enxergarem “como agentes da mudança mais do que receptoras do desenvolvimento, e enfatizam a necessidade de que se organizem para construir representações sociais mais efetivas”, (MARGARITA; BARRAGÁN; LAGAN; CHÁVEZ E SANTILLANA; p. 265; 2020).

Ao olhar para o contexto pós ditadura militar e as reformas neoliberais implementadas nos países da América Latina; Margarita, Barragán, Lagan, Chávez e Santillana (2020) percebem que as medidas econômicas tomadas fortaleceram a divisão social do trabalho. Porém, como consequência, as autoras identificam uma forte resistências organizadas de movimentos na região. As autoras destacam, assim como Alonso e Tornay (2017), a luta de movimentos indígenas pela transformações plurinacionais do Estado, principalmente na Bolívia e Equador, em que as autoras denominam como um feminismo comunitário e popular.



As dinâmicas estudadas pelas autoras de resistência cultural de diferentes movimentos feministas na América Latina, levam a compreensão de alguns pontos em comum entre eles. As autoras elencam como o primeiro deles a identificação das construções populares como presentes em toda a história de colonização do continente, derrubando a percepção de que as correntes feministas vieram com o “progresso” do Norte. E outro ponto apontado por elas, é de que esses feminismos enxergam o fenômeno da crítica pós-moderna da fragmentação de identidades, e delimitam um novo tipo de universalidade em que as “diversidades sexuais e raciais são assumidas com toda a sua carga colonial” e caminham para além do individual, pensando em uma “construção coletiva de transformações”.

Com isso, entende-se que a pós-modernidade é um período de fragmentação identitária do modelo neoliberal, que pelas suas falhas sociais e econômicas não conseguiu por completo sustentar a ideia imperialista do sujeito racional universal. A América Latina é palco de resistência de diversos movimentos sociais - como feministas, indígenas, de classe, racial - que estão ativamente na luta desde a colonização do continente.

Margaritta, Barragán, Lagan, Chávez e Santillana (2016) argumentam que as teorias contemporâneas dos feminismos levaram a primeira Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1980 no México, realizada pelas Organizações das Nações Unidas (ONU). Para as autoras, a Conferência institucionalizou o enfoque das mulheres como parte do desenvolvimento, e passou, sem críticas profundas, procurar reverter a exclusão social da mulher e a sua invisibilidade no trabalho produtivo e reprodutivo.

Apesar da sua notoriedade internacional, as autoras apontam que as visões desenvolvimentistas apresentam contradições. Entre elas: não considerar que as mulheres sempre integraram os processos de desenvolvimentos das sociedades, limitações teóricas quando não olham para as relações de gênero dentro das classes sociais e a falta de práticas de atuação, como a implementação de políticas públicas.

Assim como a Conferência Mundial sobre a Mulher, a resistência cultural na América Latina chamou a atenção de ações internacionais para a diminuição da desigualdade social no acesso aos meios de comunicação. Alcuri (2012) traz o Relatório MacBride (1983), conhecido no Brasil por “Um Mundo e Muitas Vozes”, que é um documento da UNESCO que “discute questões comunicacionais ainda não resolvidas na atualidade”. Entre as questões destacadas pela autora, está a falta de democracia na comunicação, “devido ao fluxo unidirecional de informação (norte-sul) que resulta na



verticalização da informação". O documento defende que é preciso mudar essa verticalização para a garantia dos Direitos Humanos.

O que podemos perceber nestes dois casos é que o olhar dos órgãos internacionais para a garantia de uma cidadania plural ainda é tímido e raso. As autoras citadas colocam uma crítica central para compreender o porquê: a falta de se voltar para as teorias críticas considerando as relações coloniais presentes nos movimentos de resistência da América Latina. Sem admitir as diversidades presentes nas relações de gênero, etnia e raça, torna-se inviável garantir os direitos fundamentais de cada indivíduo.

Margarita, Barragán, Lagan, Chávez e Santillana (2020) observam que as correntes feministas do Sul passam a criticar a visão hegemônica e etnocêntrica do feminismo liberal. Para as autoras, as correntes feministas pós-coloniais possuem influência da escola desconstrutivista, porque insistem na diferença. As autoras explicam que a visão universal da mulher reduz o entendimento histórico ao gênero e ignora outros fatores importantes de suas identidades. A divisão entre mulheres de “primeiro mundo” normatiza o feminismo do ocidente como forma de desenvolvimento, tornando as mulheres que trazem marcas de processos colonizadores como objetos e não atuantes na luta.

Por isso, as autoras defendem o olhar decolonial nos estudos teóricos e feministas, por meio da crítica ao desenvolvimentismo imperialista, e com isso, voltando-se para as diferenças como ponto principal para superar a opressão de diversas categorias entrelaçadas nas diversidades culturais da América Latina.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A reabertura econômica pós ditadura militar na América Latina trouxe teorias dentro do campo da comunicação e cultura que passam a perceber a resistência cultural como parte ativa nas disputas de poder na democracia pós-moderna. A descrença do modelo econômico neoliberal por parte da população culminou em reivindicações por parte de movimentos sociais que tensionam a esfera pública. O pensamento emancipatório – que tem o objetivo de emancipar os indivíduos das opressões – decolonial torna-se um caminho para progredir nos estudos sociais para a garantia dos direitos universais.

As correntes feministas podem e devem olhar para a teoria decolonial como forma de categorizar as opressões para além do gênero, ou seja, considerar que outros fatores (como raça, etnia e classe social) interferem na luta pelo fim da opressão



patriarcal – que deve ser vista também como uma opressão colonial. A posição de orientar fenômenos sociais pela perspectiva geopolítica (América Latina) permite aprofundar as críticas feministas ao modelo econômico neoliberal que privilegia o etnocentrismo eurocêntrico.

O jornalismo pode também atuar como emancipatório a partir do reconhecimento da diversidade, e mais além, da representatividade nas redações; reconhecendo em suas teorias e práticas as opressões sociais de grupos minoritário. Mesmo com a mídia hegemônica atuando a favor da lógica do mercado, há no jornalismo um instrumento de resistência que pode ser usado para a garantia dos direitos universais de cada cidadão.

Com isso, conclui-se que a visão decolonial nas Ciências Sociais Aplicadas é de importância e urgência, para ocupar este espaço como construção de um pensamento próprio latino-americano que procure superar as limitações teóricas funcionalistas que normatizam a lógica do mercado neoliberal e a representação do sujeito do Norte como racional e universal. É a partir da aceitação das diversidades que há a possibilidade de construir um caminho libertador.

## REFERÊNCIAS

ALCURI, Gabriela. et all. **O Relatório MacBride: História, importância e desafios.** Simulação das Nações Unidas para secundaristas. 2012.

Alonso, M. O.; Tornay, M. C. Hacia un periodismo-otro: culturas periodísticas en América Latina, en el marco del giro decolonial. In: Alonso, M. O. Culturas periodísticas iberoamericanas: La diversidad de un periodismo propio. Col. **Cuadernos Artesanos de Comunicación**, 125. LaLaguna (Tenerife): Latina, 2017.

GÓMEZ, Rodolfo. Políticas públicas de comunicación de masas, ciudadanía y conflicto social en las sociedades capitalistas latinoamericanas. Un análisis del estado de la cuestión. In: MARTÍN- BARBERO [et. al.]. (Orgs.). **Voces abiertas: comunicación, política y ciudadanía en América Latina.** La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Periodismo y Comunicación Social; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2015.

GROSGOUEL, R. **Racismo-sexismo epistémico, universidades occidentalizadas y los cuatro genocidios/epistemicidios del largo siglo XXI.** Tabula Rasa, 2013.

GROSGOUEL, R. **Racismo epistémico, islamofobia epistémica y ciencias sociales coloniales.** Tábula Rasa, 14: 341-355, 2011.

MARGARITA, Alba et al. Pensar a partir do feminismo. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). **Pensamentos feministas hoje: perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.